

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

FABRÍCIO FERNANDES TEIXEIRA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA INDÚSTRIA
DE RAÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO
MERCADO INTERNACIONAL: UMA PERSPECTIVA DO
NEODESENVOLVIMENTISMO**

**PATOS DE MINAS
2018**

FABRÍCIO FERNANDES TEIXEIRA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA INDÚSTRIA
DE RAÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO
MERCADO INTERNACIONAL: UMA PERSPECTIVA
DO NEODESENVOLVIMENTISMO**

Trabalho de conclusão de curso, entregue
a Faculdade Patos de Minas como
requisito parcial para conclusão do curso
de Bacharelado em Administração.

Orientador: Jose Humberto M. Camêlo

**PATOS DE MINAS
2018**

“Nem o homem sábio e nem o corajoso se deita nos trilhos da história para esperar que o trem do futuro o atropеле.”

(Dwight Eisenhower)

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA INDÚSTRIA DE RAÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO MERCADO INTERNACIONAL: UMA PERSPECTIVA DO NEODESENVOLVIMENTISMO

Fabício Fernandes Teixeira*
José Humberto M. Camêlo**

RESUMO

O desenvolvimentismo foi uma política econômica que impulsionou a economia brasileira e de outros países latino-americanos no século XX. Porém, no Brasil foi substituído pela ortodoxia convencional, conhecida por aplicar conceitos da teoria neoclássica, onde é fundamentalista no mercado e abordagens no conceito de oferta e demanda imposta pelos países ricos ou do Norte aos países em desenvolvimento no Sul. Com esse novo patamar econômico, o modelo econômico apresentado pelo novo-desenvolvimentismo poderia trazer ao Estado uma metodologia estratégica de investimento na indústria nacional que poderia impulsionar o desenvolvimento destes países, trazendo uma independência industrial e mais competitividade no mercado interacional, diante dos países mais ricos.

Partindo dessa premissa, fez-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto sob a hipótese de como políticas econômicas oriundas do novo-desenvolvimentismo podem fornecer os estímulos adequados para o desenvolvimento das indústrias de ração animal no Brasil. Através da pesquisa na literatura concluiu-se que o novo-desenvolvimentismo é uma opção favorável para o melhor desenvolvimento do setor de alimentação animal, pois se mantém a responsabilidade de produzir o produto final nas empresas nacionais, o que o aumenta o valor agregado e o lucro das empresas, e além disso gera mais renda interna, empregos e melhora a competitividade de indústrias nacionais no mercado externo.

ABSTRACT

Developmentalism was an economic policy that boosted the Brazilian economy and other Latin American countries in the twentieth century. However, in Brazil it was replaced by conventional orthodoxy, known for applying concepts of neoclassical theory, where it is fundamentalist in the market and approaches in the concept of supply and demand imposed by the rich countries or the North to the developing countries in the South.

With this new economic level, the economic model presented by the new-developmentism could bring to the State a strategic methodology of investment in the

national industry that could boost the development of these countries, bringing an industrial Independence and more competitiveness in the interactional market, in front of the richest countries. Through the research in the literature, it was concluded that new developmentalism is a favorable option for the better development of the animal feed sector, since it maintains the responsibility of producing the final product in the national companies, which increases the added value and the profit of companies

Based on this premise, a bibliographical survey was made on the subject under the hypothesis of how economic policies derived from new-developmentalism can provide adequate incentives for the development of animal feed industries in Brazil. and in addition generates more internal income, jobs and improves the competitiveness of national industries in the foreign market.

*Fabrício Fernandes Teixeira: Graduando em Administração.

**José Humberto M. Camêlo: Graduado em Administração pela FEPAM/UEMG. Pós Graduado em Gestão Empresarial. Pós Graduado em Planejamento Estratégico e Marketing.

SUMÁRIO

RESUMO	4
1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.1 O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO	9
3.2 COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	12
3.3 PRODUTOS MANUFATURADOS	14
3.4 A AGROINDÚSTRIA.....	15
4 CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

Em sua definição o neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimentismo caracteriza-se principalmente pelo nome de “novo”, em alusão as críticas recebidas do modelo desenvolvimentista e que acabou sendo um novo objetivo de estudo por seus adeptos. Segundo Rollemberg e Dutra (2013, p 228) "a associação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária", são pontos relevantes que possibilitaram a criação do modelo econômico chamado Neodesenvolvimentismo.

A metodologia deste modelo econômico possui destaque na sua ideologia de política industrial, pois, segundo SANTOS E MILANEZ (2014, p. 20) “o desenvolvimento tecnológico e industrial é apresentado como elemento estratégico” responsável para o crescimento econômico do setor industrial de um país. Além disso, a proposta apresentada pelo neodesenvolvimentismo busca um ponto de equilíbrio na taxa de juros, possibilitando um controle maior sobre a moeda, refletindo na taxa de câmbio, que é um fator decisivo no Mercado Internacional.

(..) um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos(COSTA OREIRO,2012, p 29).

Visto que o neodesenvolvimentismo é uma ideologia capitalista, visando sempre obter lucros através da liberdade de comércio e indústria, pode-se dizer que países que possuem adotam neodesenvolvimentismo como “uma estratégia econômica e político-ideológica voltada para o desenvolvimento econômico” (PEIPFER, 2013, p.15)

O neodesenvolvimento que, em tese, se estrutura em substituição ao neoliberalismo, forja um modelo híbrido de desenvolvimento que tenta conciliar diretrizes desenvolvimentistas e liberais e prega o crescimento econômico atrelado à expansão do social sob a fachada de um capitalismo humanizado (CASTRO apud PRATES,2014).

Após um período em queda, a indústria brasileira tem buscado se reerguer e ser modelo de desenvolvimento no país buscando apoio principalmente do governo. Segundo BOITO (2012, p.7) “a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” é um motivo para a

indústria, juntamente com diversos setores da economia brasileira se unam buscando um apoio maior do governo.

Trata-se de uma tentativa de estabelecimento de um novo pacto social, no qual Estado, capitalistas e a classe trabalhadora atuariam de forma unida de modo a garantir a competitividade do país em relação às demais nações. (PASCHOAL E MEDEIROS, 2016)

Segundo TRASPDINI E MANDARINO (2013, p 2) “concepções de desenvolvimento retornaram com relativa incidência no cenário nacional, principalmente na segunda metade dos anos 2000” e o novo-desenvolvimentismo tem sido um assunto muito presente em debates, pois influencia diretamente no método de governo e na expectativa econômica do mesmo.

Na cidade de Patos de Minas pode-se observar indústrias de ração e de várias atividades em crescimento e adentrando no cenário internacional, visto que, torna-se importante acompanhar este desenvolvimento e também a metodologia que o proporciona. Dessa forma pode-se inquirir se as políticas econômicas oriundas do neodesenvolvimentismo podem fornecer os estímulos adequados para o desenvolvimento das indústrias de ração animal brasileiras.

Portanto, o presente levantamento bibliográfico tem o intuito obter conhecimentos acerca de como o novo-desenvolvimentismo pode gerar melhorias dentro da indústria de ração para alimentação animal e os reflexos que esses processos podem causar no comércio internacional, considerando o grau de importância da implantação desse método para atingir ou não os objetivos esperados.

2 METODOLOGIA

O novo-desenvolvimentismo é um tema recente e que vem sendo alvo de estudo por diversos economistas. Pensando na importância do tema para a sociedade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de apresentar livros e artigos publicados em todo o território nacional que tenham como tema o novo-desenvolvimentismo em conteúdos publicados a partir do ano de 2000 em base de dados científicas.

Segundo Marconi e Lakatos (2006), a pesquisa bibliográfica é aquela que se baseia em apresentar informações sobre um determinado tema, podendo ser de diversas formas distintas, ou seja, publicadas em livros, jornais, revistas, monografias, teses, etc.,

e em até meios de comunicação, como rádio, televisão, entre outros. Já Severino (2012), define que a pesquisa bibliográfica é aquela feita através de dados anteriormente publicados, sendo feita através de documentos impressos como livros, artigos e teses.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Durante o período de 1930 a 1970 o Brasil e demais países latino-americanos se aproveitaram do enfraquecimento do centro capitalista para alavancar seu crescimento através de estratégias nacionais de desenvolvimento baseadas na promoção forçada de poupança por meio do Estado e a proteção das indústrias nacionais nascentes onde há incentivos do governo para a valorização e crescimento das mesmas, além de neutralizarem a “doença holandesa”, evitando a chamada desindustrialização causada por esta comercialização direta da matéria-prima, influenciando diretamente na diminuição ou não industrialização de produtos que esta matéria-prima possibilitaria.(PEREIRA, 2009).

Denominada de nacional-desenvolvimentismo, essa política tinha por objetivo promover o desenvolvimento econômico, porém para realizar essa meta todos os componentes da nação, empresários, burocracia do Estado, classes médias e trabalhadores, unidos na competição internacional, necessitavam definir meios para realizar esse plano no sistema capitalista, em que o Estado seria o instrumento de ação coletiva (PEREIRA, 2009).

A teoria econômica do desenvolvimento elaborada nesse período afiliava três escolas de pensamento complementares: a escola clássica de Smith e Marx, a teoria macroeconômica keynesiana e a teoria estruturalista latino-americana. Assim a economia do desenvolvimento era uma teoria ao passo que o desenvolvimentismo era a estratégia nacional de desenvolvimento correspondente (PEREIRA, 2009).

Bielschowsky (1988, p.7) definiu o desenvolvimentismo original como o “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e da intervenção direta do Estado na atividade econômica”. Para que isso ocorresse o projeto econômico desenvolvimentista seguiria os seguintes pontos: “a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar a industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças

espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja ineficiente.”

O ápice do desenvolvimentismo se deu nas décadas de 1950 e 1960 e combinava teorias econômicas puras, baseadas no mercado, com teorias de economia política, que conferem ao Estado e suas instituições o cargo de coordenador auxiliar da economia (PEREIRA, 2009).

Contudo, em 1980 o nacional-desenvolvimentismo foi substituído pela ortodoxia convencional, onde os conceitos da economia neoclássica são aplicados fielmente, apresentado como exemplo equilíbrio dos mercados como norma ou “ponto de referência” para o funcionamento do sistema econômico, sendo adotado após uma crise explicada por vários fatores, onde dentre eles estão (PEREIRA, 2009):

- Quebra da aliança nacional nos anos 1960 em consequência do Regime Militar apoiado pelos industriais brasileiros;
- O antigo desenvolvimentismo se baseava na substituição das importações, que com o decorrer dos anos implicou no aumento substancial da relação capital-trabalho, levando a concentração de renda e pôr fim a expansão da produção de bens de consumo de luxo, caracterizando o “modelo de subdesenvolvimento industrial” de Bresser-Pereira (2009), que rompeu com a aliança pro-desenvolvimento;
- Grande crise da dívida dos anos 1980;
- Pressão de novas ideologias vindas do Norte.

Durante o período em que o desenvolvimentismo foi adotado nos países latino-americanos, observou-se um forte nacionalismo, que proporcionou a seus Estados uma solidariedade no tocante à competição internacional (PEREIRA, 2009).

Consolidado em torno do chamado “Consenso de São Paulo”, o novo-desenvolvimentismo se fundamenta nos seguintes preceitos (OREIRO; MARCONI, 2016):

- a) o crescimento econômico deve ser financiado com poupança interna (pública + privada), pois o “modelo de crescimento com poupança externa” tende a gerar instabilidade cambial e crises recorrentes no balanço de pagamentos nos países que não dispõem de moeda conversível;
- b) o modelo de industrialização por substituição de importações deve ser substituído por um modelo de “promoção de exportações de manufaturados”, no qual o impulso inicial para a aceleração do crescimento seja oriundo do aumento do coeficiente de exportações, a inovação e a competitividade da economia;
- c) a taxa real de câmbio apresenta uma tendência crônica à sobrevalorização devido a falhas de mercado e ao diferencial entre as taxas de juros nos países em desenvolvimento relativamente aos países desenvolvidos, o qual tende a operar como uma enorme força de atração para a entrada de capitais de curto prazo nestes últimos;
- d) os salários devem crescer ao mesmo ritmo da produtividade do trabalho de forma a não prejudicar a competitividade externa das economias em desenvolvimento, em que o crescimento acima da produtividade do trabalho, quando a produtividade do capital também for muito elevada, resulta em redistribuição funcional da renda, mas não em redução da taxa de lucro;
- e) a política fiscal pode ser usada para a estabilização do nível de atividade econômica, desde que seja respeitada a solvência intertemporal das contas públicas, uma vez que a ocorrência de déficits fiscais crônicos tende a enfraquecer o Estado, tornando-o presa fácil dos interesses dos rentistas financeiros;
- f) a distribuição de renda pode ser melhorada nos países em desenvolvimento por intermédio de políticas que reduzam a dispersão salarial da transferência de riqueza entre as gerações (impostos sobre heranças) e do pagamento de salários indiretos na forma de benefícios sociais.

Para Bresser-Pereira (2009), a sociedade brasileira deve se tornar novamente uma nação verdadeira, como ocorreu entre os anos de 1930 e 1980, em especial durante o governo de Getúlio Vargas, para que o novo desenvolvimentismo seja uma realidade para o país. Bresser-Pereira (2009) acredita que o novo desenvolvimentismo implica na adoção de uma perspectiva nacionalista no sentido de que as políticas econômicas e instituições devem ser formuladas e atuar com o interesse nacional como principal critério. Esse nacionalismo deve buscar transformar o Estado existente em um instrumento de ação

coletiva da nação para que assim, a nação possa buscar seus objetivos políticos de desenvolvimento econômico, justiça social e liberdade no cenário internacional de competição (PEREIRA, 2009).

O novo desenvolvimentismo caracteriza um conjunto de ideias que proporcionam às nações em desenvolvimento ferramentas para recusarem as propostas e pressões das nações ricas por reformas e novas políticas econômicas, a exemplo da abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa (PEREIRA, 2009).

Os economistas que apoiam o modelo novo-desenvolvimentista observam que a retomada do crescimento da economia brasileira deve envolver a desvalorização da taxa real de câmbio o suficiente para tornar as empresas produtoras de manufaturados competitivas em relação aos concorrentes externos. Esta política favoreceria um processo de aprimoramento produtivo, viabilizado por um aumento significativo da taxa de investimento (OREIRO; MARCONI, 2016).

A taxa de câmbio no nível do equilíbrio industrial permite que as empresas domésticas que operam com tecnologia no estado da arte sejam competitivas no mercado internacional, ou seja, possibilita equipar os custos médios praticados pelas empresas domésticas aos de seus competidores, o que aumentaria as margens de lucro das empresas que operam no setor produtor de bens comercializáveis e conduziria um processo de substituição de importações por produção doméstica, permitindo a reconquista ao acesso à demanda pelas indústrias brasileiras (OREIRO; MARCONI, 2016).

3.2 COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional é abordado como a melhor alternativa para que os países usufruam ao máximo de seus fatores produtivos. Com a substituição da doutrina mercantilista pelo liberalismo econômico e pelo racionalismo, o comércio com outros países passa a ser tratado como a principal forma de um país obter impulso no seu crescimento econômico (CASSANO, 2002).

Em seguida, surgem os pensamentos sobre o livre-comércio com importantes contribuições para o desenvolvimento da teoria do comércio internacional e no século XX pensadores que propuseram a padronização de modelos para o comércio internacional (CASSANO, 2002).

A visão era de que as trocas entre países beneficiavam a todos, pois se dois países concentrassem suas produções nos bens em que possuíssem vantagens absolutas e os

comercializassem entre si, ambos poderiam consumir mais do que se se recusassem a comercializar, proporcionando um aumento de consumo, que é o objetivo sempre buscado pelo comércio. Dessa visão se tinha o conceito de vantagem absoluta: se um país é capaz de produzir um bem com menos recursos do que outro país, poderá lucrar concentrando-se na produção desse bem e, exportando parte desse produto, poderá comprar um bem que um outro país possa produzir com menos recursos do que seriam necessários na sua produção interna (CASSANO, 2002).

No século XX, o Teorema de Heckscher-Ohlin, através de seu enunciado sobre o padrão de comércio entre duas economias, confirmou a tese de que cada país irá exportar os bens intensivos de fatores abundantes, ou seja, países com fator de trabalho abundante estarão produzindo maior quantidade de bens intensivos de mão-de-obra do que realmente consomem e destinando os excedentes à exportação, enquanto que países com fator capital abundante também deverão estar produzindo maior quantidade de bens intensivos de capital do que necessitam consumir a fim de exportar um maior volume dessa produção. Em ambos os casos, a importação de bens deverá ser efetuada pelos países no sentido oposto ao fator abundante, ou seja, países com fator trabalho abundante importarão bens intensivos de capital e países com fator capital abundante importarão bens intensivos de mão-de-obra (CASSANO, 2002).

Para o caso brasileiro verificou-se a existência de dois tipos de testes para se definir o padrão de comércio exterior, segundo o Teorema de Heckscher-Ohlin: um que segue a qualificação da mão-de-obra e outro que enfoca a relação capital/trabalho (CASSANO, 2002).

Nos anos 1970 o Brasil exportou bens com qualificação de mão-de-obra acima da expectativa, ou seja, forneceu produtos industrializados para países em desenvolvimento, em especial na América Latina, devido á vantagem comparativa adquirida na atividade industrial. Este acontecimento originou-se pela disponibilidade de fatores no Brasil, em relação aos países-clientes, face aos incentivos estabelecidos no processo de substituição de importações e que aumentaram a eficiência da indústria nacional (CASSANO, 2002).

Cassano (2002) concluiu em seus estudos que a superação dos produtos industrializados brasileiros sobre os produtos básicos se relaciona aos seguintes fatores:

- A utilização de fatores abundantes - terra e mão-de-obra – para produzir bens que seriam transformados por processo industrial em bens exportáveis com consideráveis vantagens comparativas;

- A grande movimentação de capitais estrangeiros destinada à constituição de um sofisticado parque industrial, que seria o grande agente transformador dos bens originados da abundância de fatores;
- O incremento das desvalorizações cambiais poderia estar oferecendo ganhos reais aos exportadores;
- As ações políticas adotadas pelo governo brasileiro a fim de aproximar novos parceiros comerciais e de incentivar as exportações de industrializados.

3.3 PRODUTOS MANUFATURADOS

Até os últimos anos do século XIX a economia brasileira era essencialmente agrária e exploradora, com a região amazônica sobrevivendo da exploração de seringais e produção de borracha, as regiões Norte e Nordeste atuando na produção de açúcar, algodão, fumo e cacau, o Sudeste com o comércio de café e o Sul com a produção de couro, pele, mate e no comércio com outras regiões do Brasil do charque. No entanto, a partir de 1880 a industrialização ganhou impulso, até que em a economia agroexportadora foi superada pela industrialização, próximo ao período da Crise de 1929, que passou a ocupar o centro vital da economia. O maior expoente da industrialização brasileira começou na região Sudeste, particularmente em São Paulo, onde se localizava a mais poderosa economia exportadora: a cafeicultura (SANTOS; OLIVEIRA, 2004).

Nos primeiros anos, o processo de industrialização acompanhou o ritmo do setor exportador, ou seja, em momentos de expansão os investimentos industriais aumentavam, e em momentos de retração do mercado internacional se contraíam (SANTOS; OLIVEIRA, 2004).

O Estado não adotou nenhuma política de estímulo à industrialização até a Primeira Guerra Mundial. Essa indiferença do governo em relação à industrialização era relacionada ao modelo econômico agroexportador que o Brasil herdara da colônia (SANTOS; OLIVEIRA, 2004).

Porém esse panorama mudou próximo à década de 1970, quando o Estado iniciou uma política de incentivos fiscais, despejando uma legislação generosa que empurrava o industrial para o exterior (SANTOS; OLIVEIRA, 2004).

A formulação de políticas macroeconômicas necessita levar em consideração o comportamento das exportações de produtos manufaturados. A resposta do setor a incentivos fiscais e creditícios permite melhorar as contas externas sem sacrificar o nível

de atividade na economia, por outro lado, se os incentivos de preço não são adequados, as exportações deterioram (CARDOSO; DORNBUSCH, 1980).

Existe uma participação normal das exportações na produção de manufaturas. A participação normal é determinada pela remuneração real das exportações em relação às vendas domésticas. Quanto maior a remuneração relativa das exportações, tanto maior a parcela do produto industrial que é exportado. Os ciclos de atividade interna também afetam o comportamento das exportações. Se a demanda interna é alta em relação à capacidade produtiva, bens são desviados das exportações para as vendas domésticas. Analogamente, se a demanda interna acha-se deprimida, a participação das exportações no produto de manufaturas serão acima do normal (CARDOSO; DORNBUSCH, 1980).

3.4 A AGROINDÚSTRIA

O Brasil apresenta um expressivo crescimento no comércio internacional do agronegócio, consolidando sua posição como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos para mais de 200 países. O crescimento populacional mundial previsto pelo Fundo de População das Nações, de 6,9 bilhões em 2010, para 9,15 bilhões em 2050, exige maior produção de alimentos, como estima a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que afirma que a produção de alimentos precisa entre 2010 e 2050 que pode ser considerado um dos maiores desafios da humanidade (SCHUTTE, 2012).

No mercado internacional de alimentos no ano de 2010, o Brasil foi o segundo maior fornecedor, perdendo apenas para os EUA, porém as projeções de crescimento indicam o potencial do Brasil para se tornar o maior fornecedor de proteína animal e vegetal do mundo. Em estudos em conjunto da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e FAO de 2010, o Brasil é o país com maior crescimento potencial da produção, estimado em 40% até 2019, usando como base a produção anual média no período de 2007 a 2009 (SCHUTTE, 2012).

A prosperidade econômica no pós-guerra trouxe grande produtividade industrial, consumo em massa e repetidos ganhos de produtividade nas indústrias e desenvolvimento crescente dos mercados. Porém na década de 1960, esse padrão de desenvolvimento demonstrava desgastes. Para a agroindústria, em especial a indústria de alimentos, o esgotamento do modelo “fordista” afetou tanto o lado da produção como o lado do consumo. Formas organizativas ultrapassadas levavam a que a indústria fosse obrigada a

atuar em escalas gigantescas diversificando sua produção horizontalmente, abrangendo um enorme gama de itens; e verticalmente, integrando-se aos seus fornecedores e distribuidores. Pelo lado do consumo, a aparente saturação dos mercados nos países de renda alta fazia com que as taxas de crescimento do setor fossem bastante modestas. O processo produtivo das empresas líderes na indústria alimentar inicia uma profunda mudança neste período (BELIK, 1994).

Dois fenômenos moldaram a agroindústria alimentar brasileira a partir dos anos 70: a emergência de uma clara política de incentivos de exportação de produtos agrícolas semiprocessados e manufaturados e a consolidação de um padrão de consumo interno tipicamente urbano e semelhante àquele observado nos países desenvolvidos (BELIK, 1994).

As empresas agroindustriais expandiram-se nos anos 1970 e consolidaram-se nos anos 80. No mercado internacional, a estratégia foi a de produzir um semiprocessado ou mesmo um produto industrializado a preços competitivos. A destinação geográfica do produto aparece também como diversificada, atingindo mercados como o Extremo Oriente e o Oriente Médio. No mercado interno, a estratégia foi extensiva mas também intensiva, abrindo mercado e introduzindo produtos pouco sofisticados e segmentados (BELIK, 1994).

A divisão de empresas de alimentação animal podem ser realizada em dois grupos: aquelas que fabricam rações para ofertar ao mercado e aquelas que destinam o produto para o seu próprio consumo, a exemplo do sistema de integração vertical utilizado por produtores de aves e suínos (IDEIES, 2015).

Entre os anos de 2003 e 2013 a produção mundial de alimento animal cresceu 35% e atingiu 825 milhões de toneladas com destaque para os anos de 2006, 2010 e 2011 em que a produção atingiu aumento de 5,5%, 4,2% e 4,1%, respectivamente. Da produção total em 2013, a Ásia e o Pacífico responderam por 34%, a América do Norte por 21,5%, Europa e Rússia por 23,5%, América Latina por 15,3% e o Oriente Médio por 5,7% (IDEIES, 2015).

Em 2014, a produção cresceu 1,6% em relação a 2013, em que 47% da produção foram destinados a avicultura, 27% a suinocultura, 21% a bovinos e 5% para a aquicultura. O Brasil foi o terceiro maior produtor mundial em 2014, com 62 milhões de toneladas ofertadas, além de obter um crescimento de 34,5 milhões de toneladas em 2000 para 64,5 milhões em 2013. Em 2014 a 49% da produção brasileira de rações animais foi destinada a avicultura e 23% à suinocultura, já o mercado PET (cães e gatos) respondeu

a 3% da produção total, porém, apesar do valor pouco expressivo quando comparado a animais de corte este é um nicho de atuação que vem crescendo nos últimos anos, principalmente porque os produtos desenvolvidos nesta área possuem um maior valor agregado (IDEIES, 2015).

4 CONCLUSÃO

A visão do novo-desenvolvimentismo é aplicável à indústria nacional, em especial ao setor agroindustrial de alimentação animal, pois traz valorização transformando a matéria prima em um produto final, onde este poderá ser apresentado e comercializado com diversos países, possibilitando a manutenção da moeda de câmbio, favorece a industrialização nacional que conseqüentemente impactará de maneira positiva o PIB, além de agregar valor ao sistema de importações, possibilitando novos modelos de negociação e captação de recursos financeiros para o país.

O Brasil é um país rico em matérias-primas e maximizar os incentivos à produção nacional, além de aumentar a geração de empregos e aquecer a economia interna, melhora a competitividade para o país em âmbito internacional. Essa ação, por conseguinte, possibilita o aumento da poupança interna através do crescimento dos lucros das empresas. Assim, a poupança interna pode substituir a poupança externa na taxa de investimento e impedir o aumento da fragilidade financeira, proporcionando uma maior estabilidade econômica. Este modelo econômico busca apresentar uma valorização de nossas riquezas e da indústria nacional, bem como proporcionar uma atitude de evolução e prestígio no Comercio Internacional, onde o Brasil além de ser um grande provedor de matéria-prima, poderá melhorar de forma abrangente sua competitividade e lucratividade, mediante a oferta de produtos acabados.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Eliana; DORNBUSCH, Rudiger. Uma equação para as exportações brasileiras de produtos manufaturados. **Rudiger Dornbusch**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p.429-437, jun. 1980.
- CASSANO, Francisco Américo. A Teoria Econômica E O Comércio Internacional. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.112-128, jan. 2002.
- CURADO, Marcelo. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista? **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.130-146, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a07>.
- SANTOS, Deusenir de Moura; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. **Exportação de produtos manufaturados**.in: VIII Encontro Latino Americano De Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de Pós - Graduação, 2004, São José dos Campos.São José dos Campos: S I, 2004. 5 p. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-67.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.
- IDEIES. **Análise de Competitividade do Setor das Indústrias de Rações do Estado do Espírito Santo**. Vitória: S I, 2015. 28 p. Disponível em: <http://www.invistanoes.es.gov.br/images/contratos-de-competitividade/analise-dos-setores/analise_racao.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.
- OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.167-179, dez/2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/10>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser-. O novo desenvolvimentismo. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser --. **Globalização e Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier., 2009. Cap. 3. p. 75-94.
- SCHUTTE, Giorgio Romano. Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Si, v. 1, n. 2, p.61-97, jun. 2012. Semestral.
- OREIRO, Novo-desenvolvimentismo,crescimento econômicoe regimes de BOITO, **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, p 7 2012.
- MARCONI, M. A. DE.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006. 315 p.
- OREIRO, **Novo-desenvolvimentismo,crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**. p. 29, 2012.
- PASCHOAL E MEDEIROS, **Do desenvolvimentismo a neodesenvolvimentismo: uma análise dasrelações de trabalho no Brasil**- 2016.

PEIPFER. **Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista.**, p. 15, 2013.

PRATES, **Políticas Sociais e Neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos.** p. 1–8, 2014

ROLLEMBERG E DUTRA . **Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais,** p 228, 2013.

SANTOS E MILANEZ, **Neodesenvolvimentismo às avessas? Uma análise do atual modelo de desenvolvimento brasileiro,** p. 20, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 304 p.

TRASPDINI E MANDARINO; **Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?** p. 2, 2013.